



**Governo do Estado de São Paulo  
Controladoria Geral do Estado  
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público**

**DESPACHO**

**Nº do Processo:** 009.00001504/2023-06

**Assunto:** Protocolo SIC.SP nº [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Saúde

**UNIDADE:** Departamento Regional de Saúde 02 - Araçatuba

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de informações conforme especifica, acerca de procedimentos na especialidade de oftalmologia no Estado de São Paulo. Demanda não atendida. Provimento.

**DECISÃO CGE-CODUSP/LAI Nº 00258/2023**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento Regional de Saúde 02 - Araçatuba, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. A ausência de resposta do órgão motivou o presente apelo cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado de São Paulo, conforme atribuição prevista nos termos do artigo 27, incisos II e VII, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a sanar a supressão de instância o órgão ficou-se silente.
4. Deve-se consignar que o direito ao acesso à informação se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em

respondê-las, ainda que para afirmar a eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas, a inexistência do dado ou informar que não tem competência ou não é o canal correto.

5. Nesse sentido, observa-se que o silêncio do órgão público em responder a diligência desta Controladoria Geral não observa os comandos previstos na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
6. Assim, constatada a falta de atendimento aos procedimentos definidos nas normas de acesso à informação, não sendo apresentada, por consequência, a adequada fundamentação para eventual negativa de atendimento do pedido em apreço, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou provimento**, com fundamento no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175/2015, alterado pelo Decreto 66.850/2022.
7. Com efeito, o órgão deverá disponibilizar, **no prazo de 10 (dez) dias**, as informações sobre o tempo médio de espera para consultas de oftalmologia, retorno interconsultas e realização de procedimentos cirúrgicos em oftalmologia, considerando os números existentes na data do pedido de acesso à informação relativo ao presente recurso.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados.

São Paulo, 24 de julho de 2023.

**Valmir Gomes Dias**

Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público -  
Coordenador



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Gomes Dias**, **Coordenador de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público**, em 24/07/2023, às 19:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

